DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE FLORÍNEA

Conforme Lei Municipal nº 624, de 18 de outubro de 2017 e Artigo 54, da Lei Orgânica

www.florinea.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/florinea

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE FLORÍNEA	2
Atos Oficiais	2
Leis	2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Florínea, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Florínea poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.florinea.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/florinea
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Florínea
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699
Telefone: (18) 3377-0501
Site: www.florinea.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/florinea

Câmara Municipal de Florínea
CNPJ 49.898.505/0001-04
Avenida Prefeito José Alferes Filho, 308
Telefone: (18) 3377-1178
Site: www.camaraflorinea.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Florínea garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.florinea.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/florinea

PODER EXECUTIVO DE FLORÍNEA

Atos Oficiais | **Leis**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florínea.sp.gov.br

FLORINEA
Em um novo tempo
Gestão 2017 - 2020

comunicação | PMF

LEI Nº 695/2019.
DE 01 DE JULHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2020 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO EDUARDO PINTO, Prefeito Municipal De Florínea, Estado De São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Florínea, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei nº 4.320/64 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2020 orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária, despesas de caráter continuado e atende às determinações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo único - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

I - Ações de educação básica e saúde pública;
II - Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
III - Melhoria da infra-estrutura urbana;
IV - Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
V - Assistência à criança e ao adolescente;
VI - Reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florinea.sp.gov.br

FLORINEA
Em um novo tempo
Gestão 2017 - 2020
comunicação | PMF

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2020 são os projetos especificados no Anexo de Prioridades e Metas, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas que deverão observar os seguintes objetivos:

I - O desenvolvimento urbano;
II - O desenvolvimento administrativo;
III - O desenvolvimento social;
IV - O desenvolvimento educacional;
V - O desenvolvimento cultural.

Art. 4º - Ficam fazendo parte integrante desta lei os demonstrativos de metas, planejamento, riscos fiscais, estrutura de registros e unidades orçamentárias e executoras, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/00, as portarias nº 470 e 471/04 e suas posteriores alterações da Secretaria do Tesouro Nacional, contendo:

- Anexo IV – Estrutura de órgãos, unidades orçamentárias e executoras;
- Anexo V - Descrição dos Programas governamentais Metas/Custos para o exercício;
- Anexo VI – Planejamento Orçamentário – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
- Demonstrativo de Metas e Riscos Fiscais, compreendendo:

a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
b) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
c) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
d) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;
e) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
f) Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos fiscais e Providências;

Parágrafo Único. Para cumprimento do disposto no § 1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF, o executivo realizará audiências públicas para discussão das metas e prioridades, antes do envio de cada projeto à Câmara de Vereadores, no prazo fixado no *"caput"*, ficando garantida a participação popular.

Art. 5º - A Lei Orçamentária conterá uma reserva de contingência, equivalente a no mínimo 0,50% (meio por cento) da receita corrente líquida apurada no 1º Quadrimestre do exercício de 2019, a ser prevista na proposta orçamentária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florínea.sp.gov.br

§ 1º - O valor fixado de "reserva de contingências" terá como critério de utilização o atendimento de passivos contingentes, precatórios judiciais, e requisitórios de pequena monta e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º - No caso de não ocorrer passivos contingentes até o encerramento do 2º quadrimestre do exercício de 2020, o valor da Reserva de Contingências poderá ser utilizado para cobertura de créditos adicionais especiais e suplementares.

CAPÍTULO III
DAS ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020

Art. 6º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, que compreenderá o orçamento fiscal, será elaborado de forma consolidada, em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o art. 165, §§ 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, assim como à Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, portarias interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e normas aplicáveis à contabilidade pública.

§ 1º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por programa, função, sub-função, categoria econômica, grupos de despesa, e modalidade de aplicação, nos termos das Portarias do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º - O Prefeito Municipal discriminará, o desdobramento suplementar da classificação da despesa, relativa a sub-elementos da despesa, conforme portaria nº 163 (atualizada) e portaria 448/2002, ou desmembramento por fonte de recursos, conforme novas regras do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Projeto AUDESP.

Art. 7º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2020, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, desde que façam parte do Plano Plurianual, a ser estabelecido, podendo, se necessário, incluir programas não elencados, desde que demonstrada a fonte de recursos para sua aplicação.

Art. 8º - A proposta que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridades sobre novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização legislativa;
II - As despesas com o pagamento da dívida pública, salários ou encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florinea.sp.gov.br

III - A previsão para operações de crédito constará da proposta Orçamentária somente quando já estiver autorizada pelo Legislativo, através de Lei específica.

Art. 9º - Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, no interstício do mês, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as respectivas alterações.

Art. 10º - Em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, os custos dos programas finalísticos financiados pelo orçamento municipal deverão ser apurados mensalmente mediante liquidação da despesa.

§ 1º - As despesas serão apropriadas de acordo com a efetiva destinação dos gastos, baseados em critérios de rateio de custos dos programas.

§ 2º - As despesas serão pagas de acordo com a fonte de recursos que foram efetivamente empenhadas, admitindo-se a alteração da fonte, somente através da anulação do empenho e locação em outra fonte, não sendo permitida a inversão.

§ 3º - A avaliação dos resultados far-se-á a partir da apuração dos custos e das informações físicas referentes às metas estabelecidas na LDO.

§ 4º - Para os efeitos deste artigo, considera-se programa finalístico aquele cujo objetivo estratégico é o de proporcionar a incorporação de um bem ou serviço para atendimento direto das demandas da sociedade.

Art. 11º - Quando da execução de programas de competência do município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizadas em Lei Municipal e seja firmado convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

Art. 12º - As transferências financeiras entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais que compõem a Lei Orçamentária ficam condicionadas às normas constantes das respectivas Leis instituidoras, Leis específicas ou regras determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, não se aplicando o disposto no artigo anterior.

Art. 13º - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2020, o Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florinea.sp.gov.br

mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - Integrarão a programação financeira e o cronograma de desembolso:

I - Transferências financeiras a conceder para outras entidades integrantes do orçamento municipal;

II - Transferências financeiras a receber de outras entidades integrantes do orçamento municipal;

III - Eventual estoque de restos a pagar processado de exercícios anteriores;

IV - Saldo financeiro do exercício anterior.

§ 2º - O cronograma de que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias e de caráter continuado do município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 3º - As transferências financeiras ao Poder Legislativo será realizado de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal, respeitando o limite máximo estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de Fevereiro de 2000.

Art. 14º - Na forma do art. 13 da Lei Complementar nº 101, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Executivo estabelecerá metas bimestrais para a realização das receitas estimadas, inclusive as receitas próprias dos órgãos da Administração Indireta.

CAPÍTULO IV
DO CONTINGENCIAMENTO DAS DESPESAS E LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

Art. 15 – Se verificado, ao encerramento de cada bimestre, que a execução da despesa orçamentária, empenhada e liquidada ultrapasse a 99,50% (noventa e nove e meio por cento) da receita efetivamente arrecadada, o Executivo e o Legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.

§ 1º - Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, o Chefe dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florinea.sp.gov.br

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenho e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não será objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 16º - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 17º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2020 e a remeterá ao Executivo até 31 de agosto de 2019, para consolidação ao Orçamento Geral do Município.

§ 1º - O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo, no mínimo 31 de julho de 2019, os estudos e estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente liquida e as respectivas memórias de cálculo, na forma prevista no art. 12, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - A Secretaria de Administração Finanças e Planejamento ajustará, quando necessário, a proposta Orçamentária da Câmara de Vereadores, tendo por base a participação percentual da despesa legislativa na receita corrente municipal verificada no exercício anterior.

§ 3º - A participação percentual de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á ao montante da receita prevista na forma do art. 18, redundando no orçamento específico da Câmara Municipal.

§ 4º - O repasse mensal ao Legislativo, a que se refere o art. 168 da Constituição Federal, submeter-se-á ao princípio da programação financeira de desembolso, aludido nos artigos 47 a 50 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 18º - Os valores da receita e da despesa orçados a preços de 2019 serão corrigidos para o exercício futuro, levando-se em conta a perspectiva inflacionária.

Art. 19º - A estimativa da receita terá por base a média aritmética da arrecadação municipal, obtida nos doze (12) meses imediatamente anteriores ao mês em que se elabora a proposta anual, e os primeiros seis (06) meses do exercicio corrente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florinea.sp.gov.br

§ 1º - Os valores mensais utilizados no cálculo da receita média serão extraídos dos balancetes financeiros mensais e corrigidos, por índice oficial de preços.

§ 2º - Na estimativa da receita, considerar-se-ão, também, o resultado financeiro das alterações na legislação tributária local, o incremento ou a diminuição na receita transferida de outros níveis de governo e outras interferências positivas ou negativas na arrecadação do Município para o ano seguinte.

CAPÍTULO V
DOS REPASSES A ENTIDADES DO 3º SETOR

Art. 20º - Os repasses de recursos à entidades do terceiro setor, de que trata o art. 4º, I, "f" e art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n.º 101/00, através de subvenções, auxílios, contribuições ou termo de fomento, somente serão concedidos em consonância com a Lei Federal n.º 13.019/2014.

§ 1º - O Poder Executivo deverá elaborar termo de chamamento e classificação para habilitação de entidades interessadas em receber os referidos recursos, para cumprimento de plano de trabalho previamente estabelecido.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior convênios ou contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos para serviços de saúde pública, nos termos do parágrafo 1º do art. 199 da Constituição Federal.

§ 3º - No caso de inviabilidade de competição, poderá haver a declaração de inexigibilidade do chamamento público, na hipótese prevista nos artigos 31 e 32 da Lei Federal n.º 13.019/2014, ou ainda dispensa de chamamento público, devidamente justificado, e formalizados em autos próprios, garantida a transparência e publicidade.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 21 - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante Lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20, 22, parágrafo único, e 71, todos da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - Concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e,

II - Admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florínea.sp.gov.br

FLORINEA
Em um novo tempo
Gestão 2017 - 2020

comunicação | PMF

I - Prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - Lei específica para as hipóteses prevista no inciso I do *caput*; e,

III - Observância da legislação vigente no caso do inciso II do *caput*.

§ 2º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

Art. 22º – No exercício financeiro de 2020 poderá ser alterada a estrutura de cargos e salários da municipalidade, bem como a realização de concurso público e lotação de cargos, observados os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF/00 e Legislação Eleitoral.

Parágrafo único. A lei que autorizar a criação e alteração de cargos deverá conter, obrigatoriamente, demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro de que trata o art. 16 da Lei Federal nº 101/00.

Art. 23º - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do Executivo.

CAPÍTULO VII
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E SUPLEMENTAÇÃO

Art. 24º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos do Constituição Federal, a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

III - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 25º - Os créditos suplementares serão abertos por decreto do Executivo.

Art. 26º - Observadas as Prioridades e Metas a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada se:

I - Houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florinea.sp.gov.br

II - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV - Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Parágrafo Único - Os projetos que representem a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, só poderão ser incluídos se atenderem ao disposto nos incisos I e II e §§ 1° e 2°, o art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VIII
DA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27º – O Poder Executivo poderá propor ao Legislativo, projeto de lei versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral e não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município; que não afetará as metas de resultado nominal e primário, bem como as ações de caráter social, especialmente a educação, saúde e assistência social.

Art. 28º - O Poder Executivo poderá encaminhar ainda à Câmara Municipal Projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - Revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III - Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV - Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário; e,

V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29º – O Prefeito enviará até o dia 30 de setembro de 2019, Projeto de Lei do Orçamento Anual a Câmara Municipal, que o apreciará, até a última Sessão Ordinária de 2018, devolvendo-se a seguir para sanção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florínea.sp.gov.br

Parágrafo único – No caso de não ocorrer a apreciação do Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2020, no prazo definido no *caput* deste artigo, poderá o Poder Executivo executar 1/12 (um doze avos) mensalmente, do valor das despesas previstas de custeio e resgates da dívida fixadas na dotação inicial da lei orçamentária de 2019.

Art. 30º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Florínea, 01 de Julho de 2019.

Paulo Eduardo Pinto
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado no local de costume, na data supra.

Eliseu Malaquias
GESTOR DE PLANEJAMENTO, GOVERNO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA
CNPJ 44.493.575/0001-69
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699 - CEP 19.870-000 - Florínea - SP
Tel.: 18 3377-0501 - E-mail: prefeitura@florínea.sp.gov.br

FLORINEA
Em um novo tempo
Gestão 2017 - 2020

comunicação | PMF

LEI Nº 696/2019.
DE 01 DE JULHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO E INCLUSÃO DE METAS, VALORES E DIRETRIZES AO PPA 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PAULO EDUARDO PINTO, Prefeito Municipal de Florínea, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Florínea, Estado de São Paulo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei visa adequar o Plano Plurianual para os exercícios 2018/2021, Lei Municipal nº 627/2017, de 10 de Novembro de 2017, os seguintes programas governamentais projetos e atividades incluídos por esta Lei.

Art. 2º - As fontes de financiamento para os referidos programas governamentais serão os constantes da lei orçamentária de cada exercício financeiro, demonstradas por categoria de receita conforme Tabela Explicativa da Evolução da Receita.

Art. 3º- O projeto da Lei Orçamentária anual para o exercício de 2020a ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo deverá considerar os valores estabelecidos no anexo I das Receitas, e anexo II e III das Despesas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Florínea, 01 de Julho de 2019.

Paulo Eduardo Pinto
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado no local de costume, na data supra.

Eliseu Malaquias
GESTOR DE PLANEJAMENTO, GOVERNO E FINANÇAS

Prefeitura Municipal de Florinea
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699
44493575/0001-69

LISTAGEM DE AÇÕES

Page 1

	2018	2019	2020	2021
Orgão 01 CAMARA MUNICIPAL	1.579.600,00	1.642.784,00	1.708.495,36	1.776.835,18
Unidade 01 SECRETARIA DA CAMARA	1.579.600,00	1.642.784,00	1.708.495,36	1.776.835,18
Programa 0001 PROCESSO LEGISLATIVO	1.090.800,00	1.134.432,00	1.294.752,00	1.227.001,65
0002 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	488.800,00	508.352,00	413.743,36	549.833,53
Orgão 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.857.317,00	1.931.609,68	2.008.874,06	2.089.229,02
Unidade 01 ADMINISTRAÇÃO	1.857.317,00	1.931.609,68	2.008.874,06	2.089.229,02
Programa 0002 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.677.217,00	1.744.305,68	1.814.077,90	1.886.641,01
0017 SEGURANÇA MUNICIPAL	180.100,00	187.304,00	194.796,16	202.588,01
Orgão 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.918.000,00	4.074.720,00	4.237.708,80	4.407.217,09
Unidade 01 ENSINO INFANTIL	256.700,00	266.968,00	277.646,72	288.752,58
Programa 0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	256.700,00	266.968,00	277.646,72	288.752,58
02 ENSINO FUNDAMENTAL	1.535.200,00	1.596.608,00	1.660.472,32	1.726.891,17
Programa 0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	1.535.200,00	1.596.608,00	1.660.472,32	1.726.891,17
03 FUNDEB	767.500,00	798.200,00	830.128,00	863.333,12
Programa 0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	767.500,00	798.200,00	830.128,00	863.333,12
04 ENSINO MÉDIO	3.000,00	3.120,00	3.244,80	3.374,59
Programa 0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	3.000,00	3.120,00	3.244,80	3.374,59
05 CRECHE	387.000,00	402.480,00	418.579,20	435.322,37
Programa 0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	387.000,00	402.480,00	418.579,20	435.322,37
06 EDUCAÇÃO ESPECIAL	30.000,00	31.200,00	32.448,00	33.745,92
Programa 0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	30.000,00	31.200,00	32.448,00	33.745,92
07 MERENDA ESCOLAR	938.600,00	976.144,00	1.015.189,76	1.055.797,34
Programa 0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	938.600,00	976.144,00	1.015.189,76	1.055.797,34
Orgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE HIGIENE E SAÚDE	3.624.800,00	3.769.792,00	3.920.603,69	4.077.367,99
Unidade 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.624.800,00	3.769.792,00	3.920.603,69	4.077.367,99
Programa 0004 ASSISTÊNCIA A SAÚDE	3.624.800,00	3.769.792,00	3.920.603,69	4.077.367,99
Orgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	1.384.500,00	1.439.880,00	1.497.455,20	1.557.413,37
Unidade 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.092.300,00	1.135.992,00	1.181.431,68	1.228.688,93
Programa 0003 AÇÃO SOCIAL	646.600,00	672.464,00	699.362,56	727.337,05
0018 PROGRAMA TRANSPORTE A TRABALHADORES	30.000,00	31.200,00	32.448,00	33.745,92

Fiorilli S/C Ltda. Software - (ppa81 - 8.21.25.39 - 12100)
23/04/2019 14:59

Usuário: Ana Priscila V. Cerqueira

Prefeitura Municipal de Florinea
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699
44493575/0001-69

LISTAGEM DE AÇÕES

Page 2

	2018	2019	2020	2021
0021 ASSISTÊNCIA A FAMILIA	415.700,00	432.328,00	449.621,12	467.605,96
02 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	133.000,00	138.320,00	143.832,80	149.646,10
Programa				
0003 AÇÃO SOCIAL	12.500,00	13.000,00	13.500,00	14.100,00
0015 CRIANÇA E ADOLESCENTE	120.500,00	125.320,00	130.332,80	135.546,10
03 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	143.200,00	148.928,00	154.885,12	161.080,51
Programa				
0003 AÇÃO SOCIAL	143.200,00	148.928,00	154.885,12	161.080,51
04 FUNDO MUNICIPAL DE SOLIDARIEDADE	16.000,00	16.640,00	17.305,60	17.997,83
Programa				
0003 AÇÃO SOCIAL	16.000,00	16.640,00	17.305,60	17.997,83
Orgão				
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	591.200,00	614.848,00	639.441,92	665.019,58
Unidade				
01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	591.200,00	614.848,00	639.441,92	665.019,58
Programa				
0005 ASSISTENCIA A EDUCAÇAO	61.800,00	64.272,00	66.842,88	69.516,59
0016 CULTURA TRADICIONAL	529.400,00	550.576,00	572.599,04	595.502,99
Orgão				
07 DIRETORIA MUN. DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	384.300,00	399.672,00	415.658,88	432.285,23
Unidade				
01 DIR. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	384.300,00	399.672,00	415.658,88	432.285,23
Programa				
0014 ASSISTENCIA A AGRICULTURA	384.300,00	399.672,00	415.658,88	432.285,23
Orgão				
08 DIRETORIA MUNICIPAL DE TURISMO	263.500,00	274.040,00	285.001,60	296.401,66
Unidade				
01 DIR. MUN. DE TURISMO	263.500,00	274.040,00	285.001,60	296.401,66
Programa				
0012 EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	263.500,00	274.040,00	285.001,60	296.401,66
Orgão				
09 DIRETORIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	137.500,00	143.000,00	148.720,00	154.668,80
Unidade				
01 DIR. MUN. DE MEIO AMBIENTE	137.500,00	143.000,00	148.720,00	154.668,80
Programa				
0019 DEFESA AO MEIO AMBIENTE	137.500,00	143.000,00	148.720,00	154.668,80
Orgão				
10 DIRETORIA MUNICIPAL DE OBRAS URBANAS	1.133.100,00	0,00	0,00	0,00
Unidade				
01 LOGRADOUROS	1.133.100,00	0,00	0,00	0,00
Programa				
0007 BENFEITORIAS URBANAS	72.000,00	0,00	0,00	0,00
0011 OBRAS URBANAS	1.061.100,00	0,00	0,00	0,00
Orgão				
11 DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES	285.700,00	297.128,00	309.013,12	321.373,64
Unidade				
01 DIR. ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	285.700,00	297.128,00	309.013,12	321.373,64
Programa				
0006 ESPORTE E RECREAÇÃO	270.700,00	281.528,00	292.789,12	304.500,68
0020 DESPORTO E LAZER	15.000,00	15.600,00	16.224,00	16.872,96

Fiorilli S/C Ltda. Software - (ppa81 - 8.21.25.39 - 12100)
23/04/2019 14:59

Usuário: Ana Priscila V. Cerqueira

Prefeitura Municipal de Florinea
Rua Livino Cardoso de Oliveira, 699
44493575/0001-69

LISTAGEM DE AÇÕES

	2018	2019	2020	2021
Orgão 12 DIRETORIA MINICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	1.082.100,00	0,00	0,00	0,00
Unidade 01 ILUMINAÇÃO PUBLICA	137.700,00	0,00	0,00	0,00
Programa 0008 ILUMINAÇÃO PÚBLICA	137.700,00	0,00	0,00	0,00
Programa 02 SERVIÇOS URBANOS	729.000,00	0,00	0,00	0,00
0022 SERVIÇOS URBANOS	729.000,00	0,00	0,00	0,00
Programa 03 CEMITERIO	79.900,00	0,00	0,00	0,00
0010 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	79.900,00	0,00	0,00	0,00
Programa 05 LIMPEZA PUBLICA	135.500,00	0,00	0,00	0,00
0009 LIMPEZA PUBLICA	135.500,00	0,00	0,00	0,00
Orgão 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	2.303.808,00	2.395.960,32	2.491.798,72
Unidade 01 LOGRADOUROS	0,00	1.321.632,00	1.374.497,28	1.429.477,16
Programa 0007 BENFEITORIAS URBANAS	0,00	74.880,00	77.875,20	80.990,20
0008 ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	143.208,00	148.936,32	154.893,77
0011 OBRAS URBANAS	0,00	1.103.544,00	1.147.685,76	1.193.593,19
Programa 02 TRANSPORTES	0,00	758.160,00	788.486,40	820.025,86
0022 SERVIÇOS URBANOS	0,00	758.160,00	788.486,40	820.025,86
Programa 03 ILUMINAÇÃO PUBLICA	0,00	83.096,00	86.419,84	89.876,63
0010 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	0,00	83.096,00	86.419,84	89.876,63
Programa 05 CEMITÉRIO	0,00	140.920,00	146.556,80	152.419,07
0009 LIMPEZA PUBLICA	0,00	140.920,00	146.556,80	152.419,07
Orgão 22 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.138.200,00	1.183.728,00	1.231.077,12	1.280.320,19
Unidade 01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.138.200,00	1.183.728,00	1.231.077,12	1.280.320,19
Programa 0002 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.107.000,00	1.151.280,00	1.197.331,20	1.245.224,43
0024 BANCO DO POVO	31.200,00	32.448,00	33.745,92	35.095,76
TOTAL GERAL	17.379.817,00	18.075.009,68	18.798.010,07	19.549.930,47

Fiorilli S/C Ltda. Software - (ppa81 - 8.21.25.39 - 12100)
23/04/2019 14:58

Usuário: Ana Priscila V. Cerqueira